

IGREJA VIVA

QUINTA-FEIRA • 21 DE NOVEMBRO DE 2013

Diário do Minho

Este suplemento faz parte da edição n.º 30140 de 21 de novembro de 2013, do jornal Diário do Minho, não podendo ser vendido separadamente.

encerramento da Ano da Fé
atividades na Arquidiocese

PÁGINA II

massacre na Síria
mais um ataque à comunidade cristã

PÁGINA III

semana dos Seminários
radiografia da semana

PÁGINA VII

**“A IGREJA DE BRAGA
AJUDOU A CONSTRUIR
A DEMOCRACIA
EM PORTUGAL**

Monsenhor Domingos Silva Araújo
Ex-Diretor do Jornal «Diário do Minho»

ENTREVISTA

i Nasceu em Gondar, Guimarães, a 12 de agosto de 1936. Filho de Domingos Araújo e Josefa da Silva, é o terceiro de cinco irmãos. Frequentou o curso de Humanidades, Filosofia e Teologia nos Seminários Arquidiocesanos, e entre 1967/1969 frequentou o Curso de Periodismo, na Universidade de Navarra, em Pamplona, Espanha.

i É autor de diversos livros e antologias de poemas, prefaciou outros, colabora em diversos jornais e revistas da região. Publicou no jornal Diário do Minho uma colecção de documentos sobre Comunicação e Comunicação Social no Magistério da Igreja.



Texto e Fotos DACS

Na próxima segunda-feira o calendário marca o dia 25 de Novembro. Pode parecer até uma data normal, sem direito a feriado nacional e já sem significado patriótico para a geração juvenil, mas foi no dia 25 de novembro de 1975 que se deu o “verdadeiro 25 de Abril de 1974”. Para percebermos melhor a relevância nacional deste dia, entrevistamos o Mons. Silva Araújo, director do jornal «Diário do Minho» na altura, para nos explicar uma outra versão dos factos, que muitos tentam silenciar.

Mons. Silva Araújo, parafraseando Armando Baptista Bastos, “onde é que estava no dia 25 de abril”? E no dia 25 de Novembro de 1975?

R_ De 24 para 25 de abril de 1974 trabalhei no «Diário do Minho», como habitualmente. Fechei a Redação e não me apercebi de nada de especial. De manhã, na Escola de André Soares, onde lecionava,

interrogado pelos colegas sobre o que se passava, telefonei para a agência noticiosa ANI (Agência Noticiosa de Informação) e fui informado da revolução. E no dia 25 de novembro de 1975 estava a trabalhar no «Diário do Minho».

No dia 25 de novembro de 1975 deu-se um golpe militar que pôs fim à influência

da esquerda radical, iniciada em Portugal após 25 de Abril de 1974, e antecedido por um “Verão Quente” repleto de conflitos entre forças revolucionárias e forças moderadas, entre os quais o famoso assalto à sede do PCP (Partido Comunista Português) em Braga, após uma manifestação de apoio ao Senhor Arcebispo de então, D. Francisco Maria da Silva. Qual o motivo dessa manifestação católica a 10 de Agosto de 1975?

R_ A manifestação do 10 de agosto foi uma tentativa de impedir o avanço de forças da esquerda e da extrema esquerda para quem tudo valia, desde que conseguissem os seus objetivos. Foi uma tentativa de pôr termo ao chamado PREC-Processo Revolucionário em Curso, com todas as arbitrariedades que lhe estavam ligadas.

Entre essas arbitrariedades contam-se as prisões sem culpa formada, os mandados de captura assinados em branco, os saneamentos selvagens, o cerco ao Patriarcado de Lisboa, a humilhação feita ao Arcebispo de Braga, D. Francisco Maria da Silva, obrigado a despir-se no aeroporto de Lisboa, a constituição das brigadas populares, a ocupação da Rádio Renascença por pessoas hostis à Igreja, a colocação de armas «em boas mãos», as tentativas de impor a unicidade sindical e de fazer do domingo um dia normal de trabalho, as campanhas de alfabetização que mais

não eram do que tentativas de marxização, etc. etc. Após o 25 de abril houve todo um conjunto de ações tendentes a instalar em Portugal uma república popular, uma ditadura de esquerda, como consta de uma entrevista concedida à jornalista italiana Oriana Falacci. Sobre o que foi este período da vida política portuguesa há um esclarecedor capítulo no livro «Memórias de um Bispo», de D. Manuel de Almeida Trindade. O 10 de agosto foi uma forma de reagir a tudo isso e de abrir caminho a uma democracia de tipo ocidental, uma democracia pluripartidária, muito diferente das chamadas democracias populares. Nele tiveram parte muito ativa os cristãos, quer como cidadãos chamados a defenderem o respeito pelos direitos humanos e as liberdades ameaçadas, quer como filhos da Igreja, desrespeitada em diversas situações. O que se pretendeu com a manifestação está expresso no discurso proferido em frente à Sé pelo Arcebispo D. Francisco Maria da Silva e pode ser lido no livro «Acima da Tormenta». A manifestação decorreu ordeiramente. Depois, houve distúrbios. Com culpas para quem? Um desses distúrbios foi o assalto à sede do PCP, ao cimo do Campo da Vinha, em cuja praça tinham estacionado muitos autocarros que trouxeram a Braga manifestantes de várias localidades. Agora não sei quem o fez. Naturalmente que não terá sido gente ligada ao PCP... Mas não sei quem foi. De vez em quando falam em excessos cometidos durante o PREC por gente ligada à direita e à extrema direita e silenciam excessos praticados por pessoas de certa esquerda e da extrema esquerda. Estou persuadido de que foram estes que deram origem àqueles. Recordo aquele pensamento de Bertolt Brecht: «Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas às margens que o comprimem».

Por isso, “se não fosse a Igreja de Braga, hoje seríamos um país comunista”. É lícito podermos afirmar isto?

R_ Não sou nem nunca fui adivinho. Não tenho dados que me permitam subscrever esta afirmação. De uma coisa estou certo: a manifestação do 10 de agosto foi um grande contributo para fazer retroceder quantos se propunham fazer de Portugal uma democracia popular, ao sabor do que existia na ex-União Soviética, em Cuba ou na República Popular da China. O 10 de agosto foi uma de um conjunto de

«A manifestação do 10 de agosto foi um grande contributo para fazer retroceder quantos se propunham fazer de Portugal uma democracia popular, ao sabor do que existia na ex-União Soviética»

ENTREVISTA

i Em diversos jornais regionais publicou 50 cartas a uma Jovem. Foi director do Jornal «Diário do Minho», durante 28 anos, e Presidente do Secretariado Arquidiocesano para as Comunicações Sociais.

i Actualmente é o diretor da «Ação Católica», órgão oficial da Arquidiocese de Braga, e capelão de uma comunidade de religiosas da Congregação Teresiana, sita na rua do Taxa, em Braga.

manifestações que se fizeram em diversas localidades. A primeira aconteceu em 13 de julho, em Aveiro. No citado livro, D. Manuel de Almeida Trindade escreve: «creio - sem querer tirar os méritos de certos partidos políticos, designadamente

«Da informação religiosa só interessa à comunicação social o que considera anedótico ou cheira a escândalo»

o PS – que estas manifestações concorram para que o PC perdesse a sua força, e se tornasse possível o 25 de novembro e o mais que veio depois». Mas, sem dúvida, que a Igreja de Braga ajudou a construir a democracia em Portugal.

A queda do muro de Berlim em 1989 foi o símbolo da queda do marxismo. Na homilia de Sexta-feira Santa deste ano, o Senhor Arcebispo Primaz retribuiu aos marxistas a crítica que faziam à Igreja por esta ser o “ópio do povo”, provando-lhes que se houve alguém que esteve, desde sempre, ao lado do povo foi a Igreja, tal como comprova o recente prémio “Direitos Humanos” que lhe foi atribuído pela Assembleia da República. Posto isto, será bom para o país ter uma Igreja “reduzida à sacristia”, como pretendem algumas frações da sociedade?

R_ Não é. Decididamente não é. Não é bom para o país e seria trair a missão da Igreja. Se o país está como está também é por falta da participação coerente dos cristãos. Há que começar por fazer uma boa catequese sobre o que é a Igreja, ainda hoje identificada, em certos meios, com o Papa, os bispos, os sacerdotes. Há que despertar nos fiéis leigos a consciência de que a Igreja é constituída por todos os batizados. Há que estimular os fiéis leigos a uma participação cada vez mais ativa na Igreja e na sociedade em que vivem. A Igreja é chamada a ser no mundo, através dos cristãos, sal e fermento. Sem terem receio de defenderem pontos de vista diferentes, compete-lhes estarem no mundo sem serem do mundo, não para se mundanizarem mas para o transformarem, colaborando na construção de uma sociedade cada vez mais justa, mais fraterna, mais solidária. Uma sociedade onde cada um se sinta respeitado na sua dignidade e nos seus legítimos direitos. Onde se construa e viva a unidade sempre no respeito pela legítima diversidade. Onde todos possam viver como seres iguais e diferentes que são.

O Papa Francisco mostrou o lado democrático do Vaticano, colocando em

suspenso a Cúria Romana, ao escolher um grupo de oito cardeais de vários pontos do mundo e enviando recentemente um questionário a todos os católicos, para que o ajudem a discernir melhor as suas orientações pastorais. Será que a democracia em Portugal não seria mais democrática se usássemos este exemplo papal, obviamente com outras configurações do âmbito civil?

R_ Deter o poder não é sinónimo de onisciência. Quem manda deve ter a humildade suficiente para reconhecer as suas limitações e ouvir quem o pode ajudar a decidir bem. O Papa Francisco refere-se-lhe também na entrevista concedida ao padre Antonio Spadaro, na qual salienta a importância da consulta, sublinhando querer «consultas reais, não formais». Quem decide não se desprestigia se, antes de decidir, ouvir quem deve ser ouvido. Isto, em qualquer comunidade. O dever de mandar não dispensa do dever de dialogar, mas que o diálogo não consista em informar do que se pensa e do que se quer fazer. Em falar e não ouvir. Em falar só com quem lhe diga amém. Todos perdemos se o poder aumentar nas pessoas a capacidade de falarem e lhes reduzir a capacidade de ouvirem. Sei que na Igreja o poder se transmite por sucessão apostólica mas hoje não se concebe o exercício desse poder sem um diálogo autêntico e sem consultar quem deve ser consultado. Para isso existem, como lembra o Papa Francisco na citada entrevista, os consistórios e os sínodos. Como existem os conselhos presbiterais.

A 27 de agosto de 1977 escrevia num artigo do jornal: “Se não tem a sua imprensa, dificilmente a Igreja poderá fazer chegar aos homens a riqueza da sua Mensagem.” Como vê o actual paradigma da comunicação social na Igreja, a quem o Vaticano II definiu como uma das “maravilhosas invenções da técnica”?

R_ Dá-me a impressão de que se tem desvalorizado a imprensa escrita, concentrando tudo na Internet, o que me parece um erro. Um meio de comunicação não dispensa os outros. A Igreja tem o dever de falar aos homens do nosso tempo, numa linguagem do nosso tempo, utilizando os meios do nosso tempo. Suponho não exagerar se disser que a generalidade dos meios de comunicação social ignora a mensagem cristã. Da informação religiosa, quase só lhe interessa o que considera anedótico ou cheira a escândalo. É imperioso, portanto, que a Igreja, podendo, tenha meios próprios. Importante é também que os cristãos utilizem os meios ao seu dispor para refletirem sobre os problemas do homem de hoje numa perspectiva cristã e, usando a gramática dos diversos meios, procurem que, através deles, passe a mensagem cristã. Que os meios de comunicação que a Igreja possui, sem deixarem de ser tecnicamente bem feitos (neste aspeto, iguais aos melhores), se não esqueçam de

que o facto de se rotularem «de «inspiração cristã» lhes exige que também sejam diferentes.

Foi reitor na Basílica dos Congregados, a qual paradoxalmente tem registado um aumento considerável no número de confissões. Corrobora da ideia de que o Sacramento da Reconciliação é, sem dúvida, o sacramento da nova evangelização, tal como o afirmou D. Manuel Clemente no seu livro “O tempo pede uma nova evangelização”?

«Que a eucaristia não seja pretexto para exibicionismos»

R_ O sacramento da Reconciliação continua a ser muito importante na vida dos cristãos. Nós, os padres, também devemos saber gerir o tempo de que dispomos e ter uma correta escala de prioridades, que incluirá tempo destinado ao ministério da Reconciliação. Penso que se conseguirmos cortar um bocadinho na pastoral do espetáculo em benefício da pastoral do confessional, seria muito bom. Penso também que seria muito bom relemos as orientações da Congregação para o Clero em «O Sacerdote Ministro da Misericórdia» e nos números 70 a 73 da última edição do «Diretório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros»

Dado que estamos a viver o Ano Pastoral dedicado à Liturgia, que sugestões apontaria para melhorar a qualidade das nossas celebrações eucarísticas?

R_ Colocar o máximo empenho em preparar a celebração no seu todo e não apenas no que respeita à animação coral. Por exemplo, quanto tempo dedicamos a ensaiar o coro à semana e quanto tempo dedicamos a preparar outros momentos da celebração dominical? Que na liturgia se exerçam, de forma correta, os diversos ministérios. Que se leve a assembleia a participar em tudo o que lhe compete, atendendo a que há quem não responde porque não está motivado; há quem não responde porque não sabe; há quem responde de forma deturpada. Que a celebração seja cada vez mais celebração e nunca teatro. Que não seja pretexto para exibicionismos sejam de quem for. Que a celebração dure o tempo que for necessário para decorrer com dignidade. Nada de correrias.



**“
O dever de mandar não dispensa do dever de dialogar”**

GOSTOS

SERRA-MÃE (SEBASTIÃO DA GAMA)
LIVRO

FADO DE COIMBRA
MÚSICA

BACALHAU
GASTRONOMIA

O LEÃO DA ESTRELA
CINEMA

A MINHA MÃE
PERSONALIDADE

ROMA
LUGAR

V. GUIMARÃES
Clube